

REGRAS ELEITORAIS, COMPETIÇÃO POLÍTICA E POLÍTICA FISCAL: EVIDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

CRÉDITO PÚBLICO

Aluno: Guilherme Cunha Coutinho Barros
Orientador: João Manoel Pinho de Mello

Introdução

O estudo busca traçar uma relação entre os ciclos eleitorais e a concessão de crédito público. Sendo assim, inicialmente, duas questões se impõem:

Qual o grau de influência política na nomeação dos integrantes da diretoria dos bancos públicos? Até que ponto indicações políticas se sobrepõe a aspectos técnicos?

O segundo aspecto pesquisado diz respeito aos ciclos eleitorais e sua influência na concessão de crédito. Períodos pré-eleitorais se caracterizam por um aumento no volume de empréstimos de bancos públicos em comparação a bancos privados? Caso isso se verifique, observa-se uma deterioração no risco da carteira de crédito dos bancos públicos em relação à classificação de risco inicial?

Metodologia

Para um primeiro levantamento sobre o nível de influência política na nomeação de diretores e vice-presidentes dos quatro principais bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia), foi feita uma pesquisa na internet. Foram pesquisados artigos que denunciasses influência direta de políticos na escolha dos ingressantes na diretoria dos bancos supracitados, bem como possíveis ligações políticas dos diretores. O nível de politização das diretorias foi medido levando-se em conta o percentual de diretores com indício de ligação política. Tal método não apresenta resultados conclusivos, mas possibilita a comparação entre os quatro bancos para estabelecer quais parecem ter maior ou menor grau de influência política. A pesquisa foi feita para todos os diretores nomeados a partir de 1995, de forma que também podem ser analisadas alterações no nível de politização das instituições ao longo do período estudado.

Para analisar a possível influência dos ciclos políticos na concessão de crédito, foram utilizados os dados referentes ao total de crédito público e privado, separados por nível de risco. A série foi deflacionada utilizando-se o IPCA. Em seguida foram feitos gráficos com os dados trimestrais do crédito para uma comparação entre o crédito público e privado. A intenção é observar o comportamento do crédito antes e depois das eleições, buscando indícios de que o momento pré-eleitoral é caracterizado por um aumento na concessão de crédito público e que parte desse crédito pode se verificar, no futuro, de maior risco do que a classificação inicial.

Resultados Preliminares

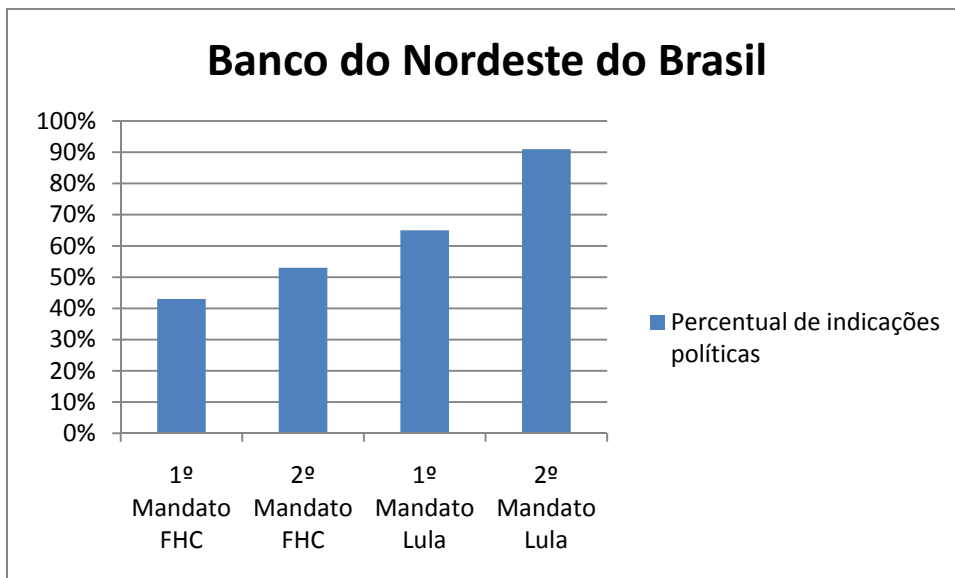
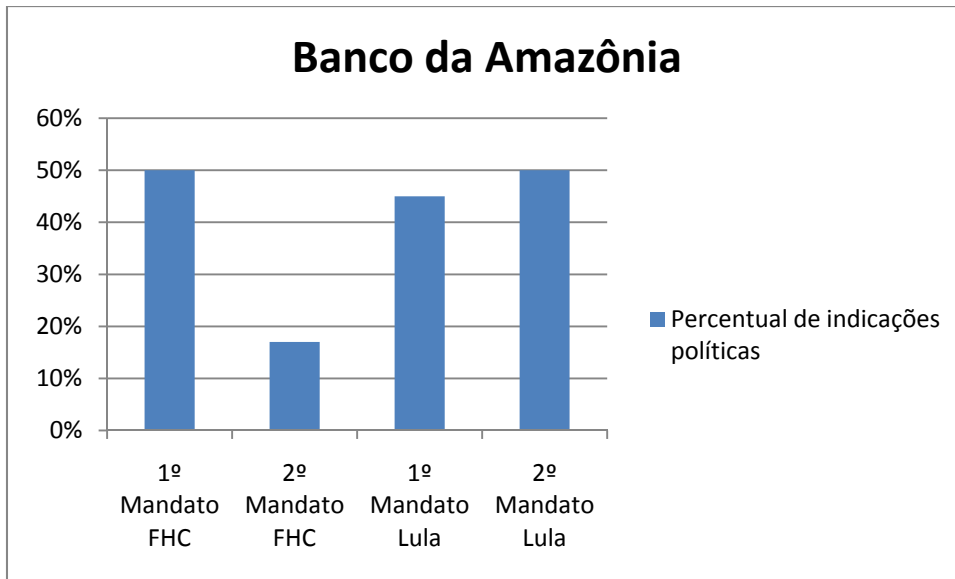
A tabela abaixo resume os dados, indicando o percentual de diretores dos quatro principais bancos públicos que tem algum indício de terem sido indicados por influência

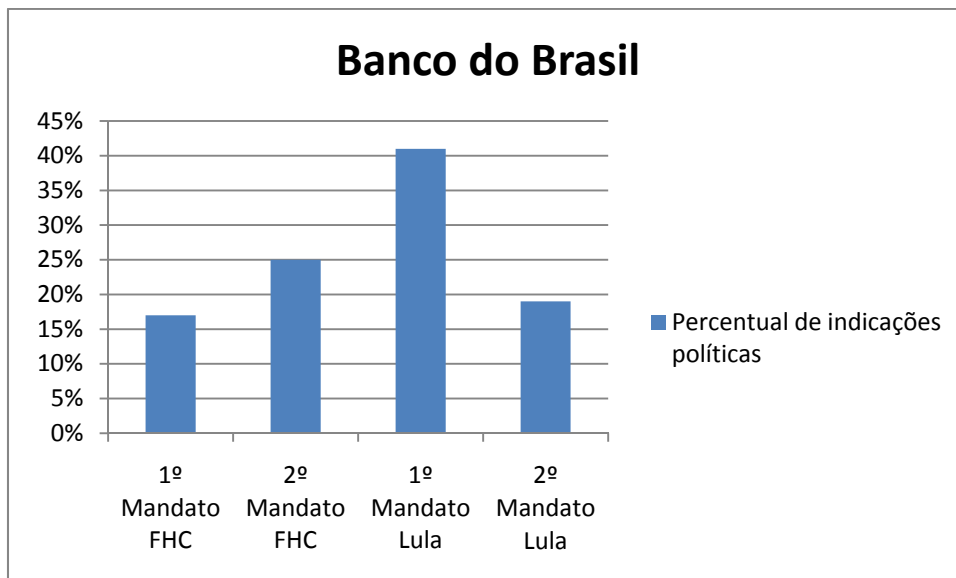
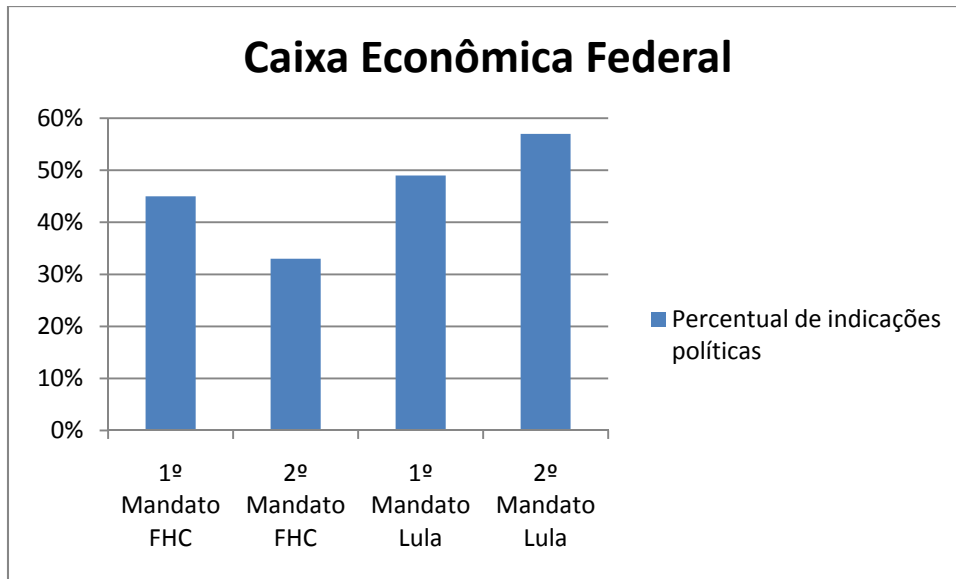
política. Em alguns casos os indícios são mais fortes como, por exemplo, quando políticos com filiação partidária são indicados para ocupar cargos nas diretorias. Esse é o caso dos ex-governadores Moreira Franco e Maguito Vilela, indicados para cargos de direção na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, respectivamente. Dentre os quatro bancos, notamos uma especial politização do Banco do Nordeste. A pesquisa na Internet revelou diversas denúncias de influência política de Ciro e Cid Gomes. No período de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, encontramos denúncias de ligações de diretores da instituição com Tasso Jereissati e Serra. Quanto ao Banco da Amazônia, se destacam denúncias sobre supostas indicações de Jader Barbalho, além de Sarney e Roseana. Os dois últimos, também, aparecem em diversos artigos como responsáveis por indicações na Caixa Econômica Federal. O Banco do Brasil, aparentemente tem um menor percentual de indicações políticas, todavia podemos destacar algumas denúncias de ligações políticas de diretores indicados nos últimos dois mandatos do Presidente Lula com o PT de Minas.

Tabela Resumida dos percentuais de diretores indicados nos últimos quatro mandatos presidenciais com indícios de indicações políticas

Banco da Amazônia	1º Mandato FHC	50%
Banco da Amazônia	2º Mandato FHC	17%
Banco da Amazônia	1º Mandato Lula	45%
Banco da Amazônia	2º Mandato Lula	50%
Banco do Nordeste Do Brasil	1º Mandato FHC	43%
Banco do Nordeste Do Brasil	2º Mandato FHC	53%
Banco do Nordeste Do Brasil	1º Mandato Lula	65%
Banco do Nordeste Do Brasil	2º Mandato Lula	91%
Caixa Econômica Federal	1º Mandato FHC	45%
Caixa Econômica Federal	2º Mandato FHC	33%
Caixa Econômica Federal	1º Mandato Lula	49%
Caixa Econômica Federal	2º Mandato Lula	57%
BANCO DO BRASIL S.A.	1º Mandato FHC	17%
BANCO DO BRASIL S.A.	2º Mandato FHC	25%
BANCO DO BRASIL S.A.	1º Mandato Lula	41%
BANCO DO BRASIL S.A.	2º Mandato Lula	19%

A seguir, analisamos graficamente os dados da tabela para visualizarmos como o percentual das indicações políticas se comporta ao longo do período analisado. Os gráficos mostram uma tendência de aumento na politização dos bancos públicos.

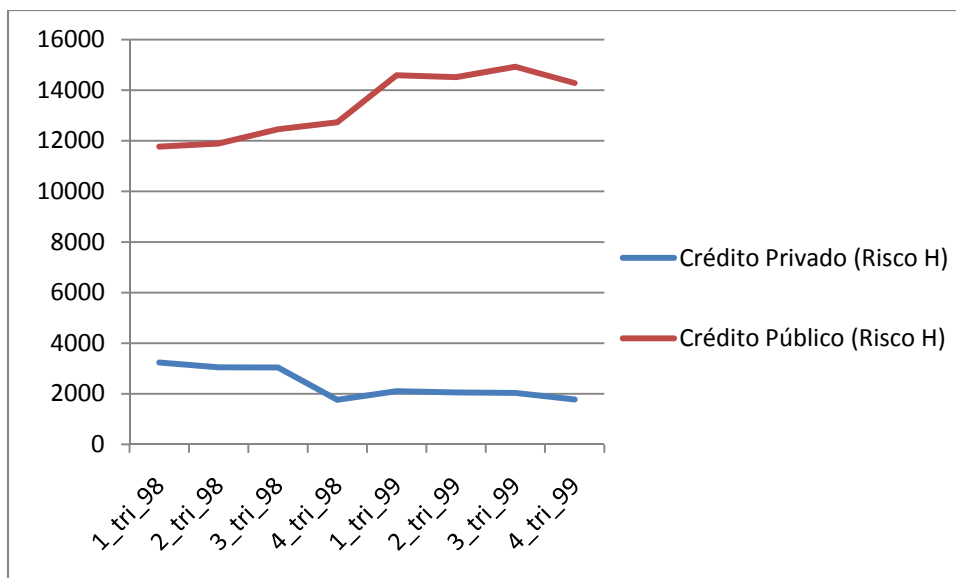




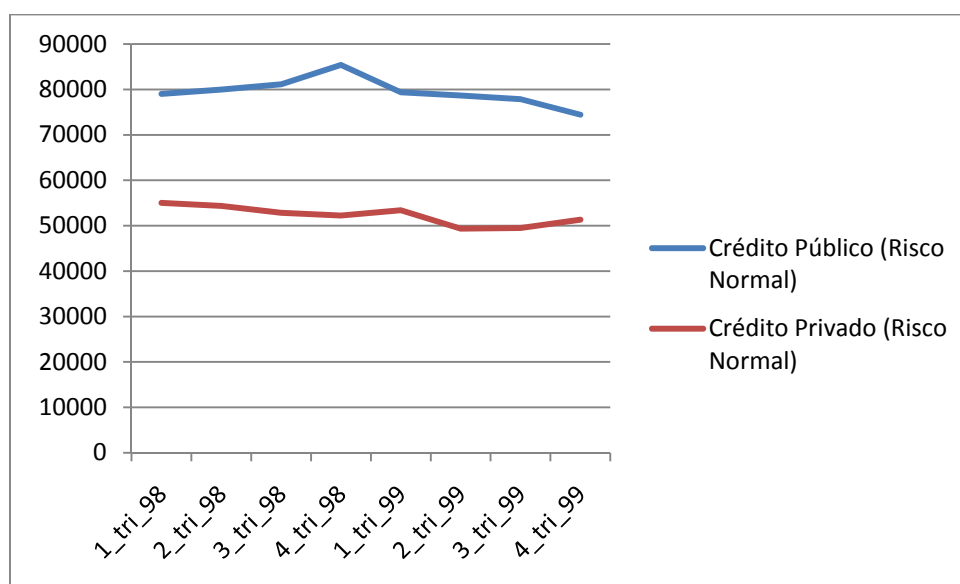
Em seguida observamos a flutuação dos créditos, público e privado, tentando correlacioná-los com os ciclos políticos. Assim, destacamos a flutuação ocorrida nos anos de eleições para presidente e governadores e nos anos pós-eleitorais. Os dados estão resumidos abaixo.

Agregado do crédito analisado trimestralmente para verificar flutuações no período da eleição de 1998 (1º Governo FHC – 2º Governo FHC).

Crédito Privado (Risco H) X Crédito Público (Risco H)



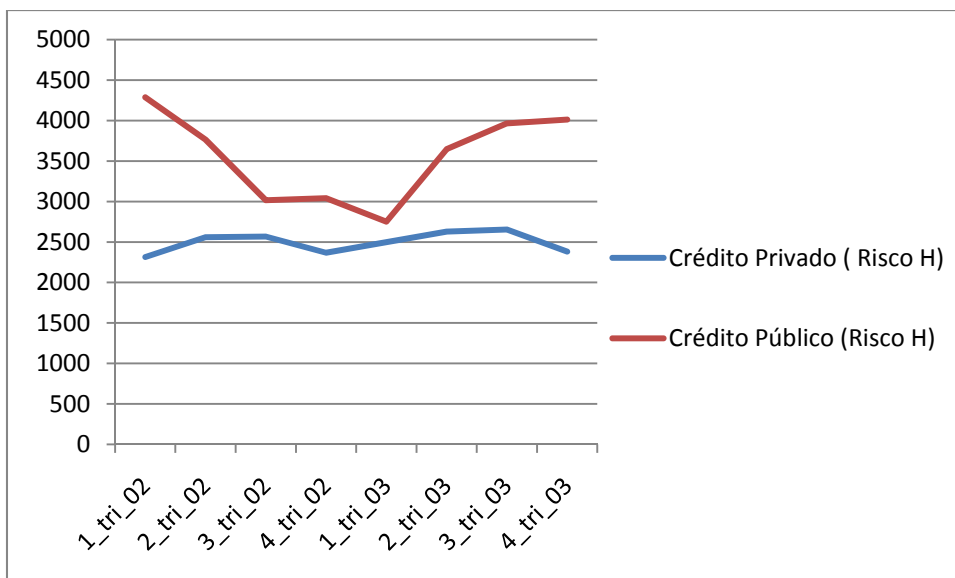
Crédito Privado (Risco Normal) X Crédito Público (Risco Normal)



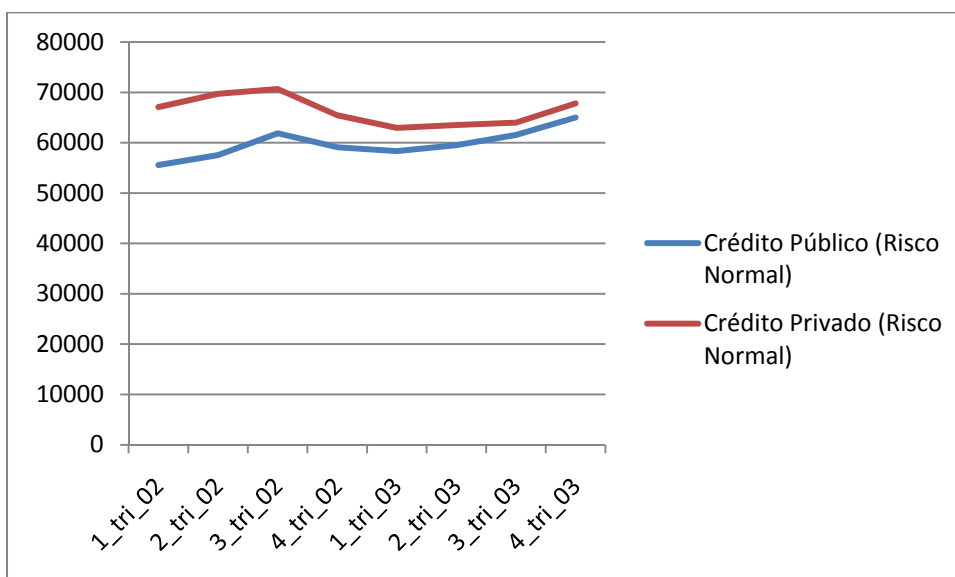
Pode ser observado um crescimento da concessão de crédito público no ano eleitoral, contrastando com a tendência de queda do crédito privado. Notamos também um aumento significativo do crédito público de alto risco no período pós-eleitoral, enquanto o crédito privado de igual risco tende a cair. Ao mesmo tempo o crédito público de baixo risco tende a diminuir após as eleições, se mantendo o crédito privado relativamente estável com ligeira tendência de alta após o segundo trimestre de 1999.

Agregado do crédito analisado trimestralmente para verificar flutuações no período da eleição de 1998 (2º Governo FHC – 1º Governo Lula).

Crédito Privado (Risco H) X Crédito Público (Risco H)



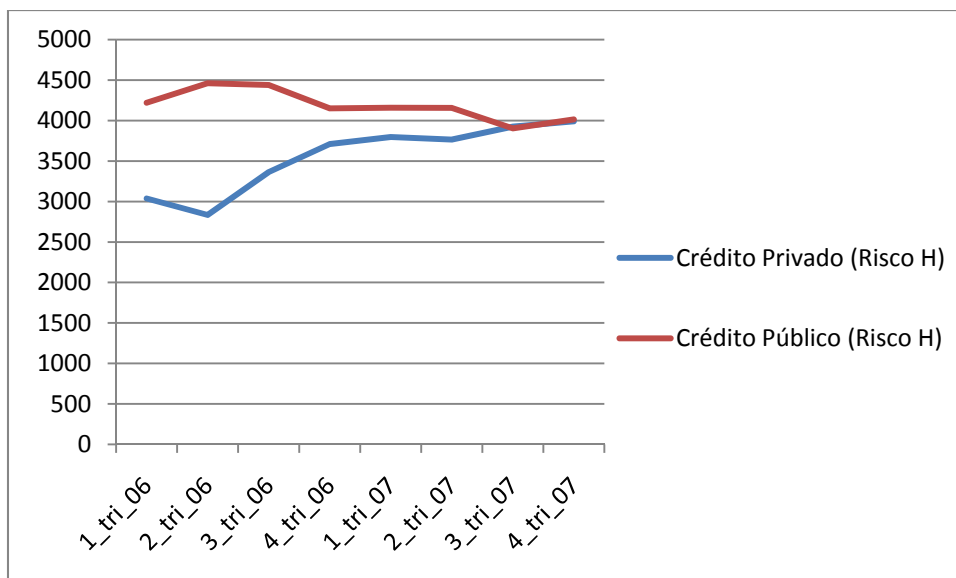
Crédito Privado (Risco Normal) X Crédito Público (Risco Normal)



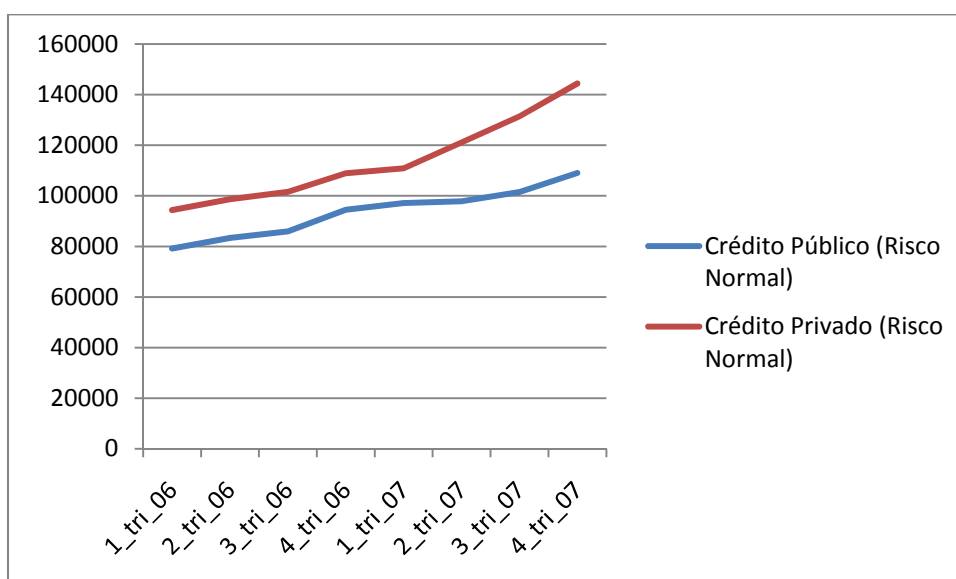
Observa-se ligeiro crescimento da concessão de crédito público de risco normal no ano eleitoral, mas com queda nos dois últimos trimestres. No mesmo ano o crédito privado tem tendência de alta. Após as eleições notamos acentuado crescimento do crédito público de alto risco, indicando uma possível reclassificação do crédito considerado de baixo risco quando da concessão.

Agregado do crédito analisado trimestralmente para verificar flutuações no período da eleição de 1998 (1º Governo Lula – 2º Governo Lula).

Crédito Privado (Risco H) X Crédito Público (Risco H)



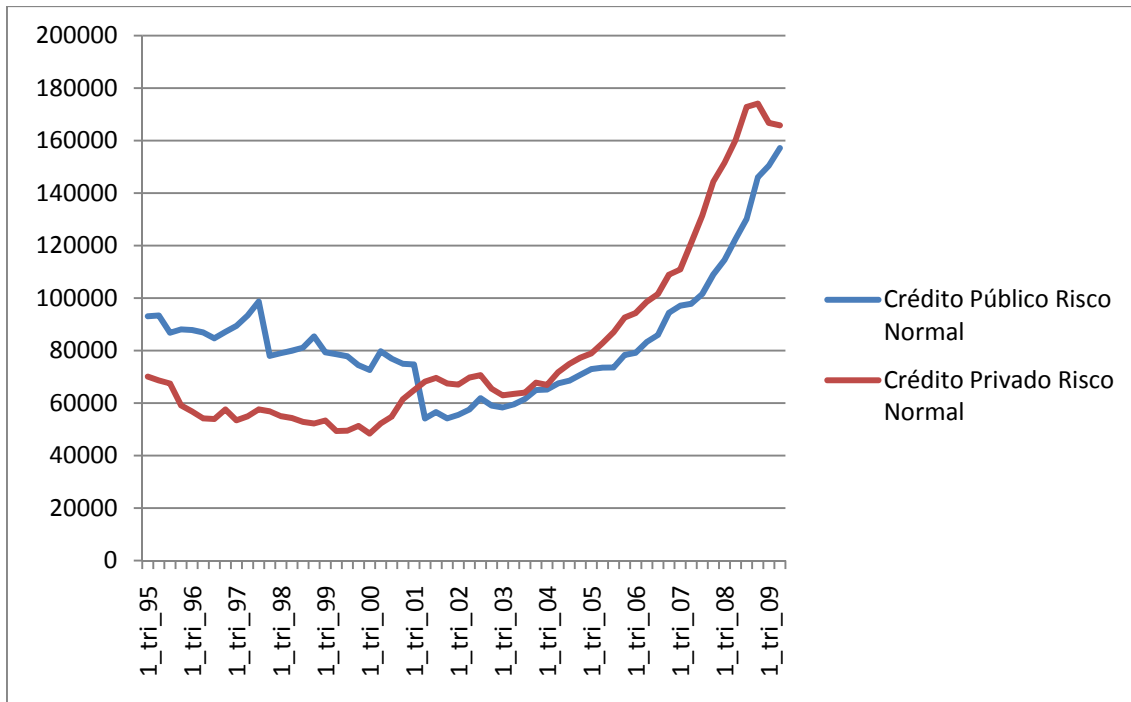
Crédito Privado (Risco Normal) X Crédito Público (Risco Normal)



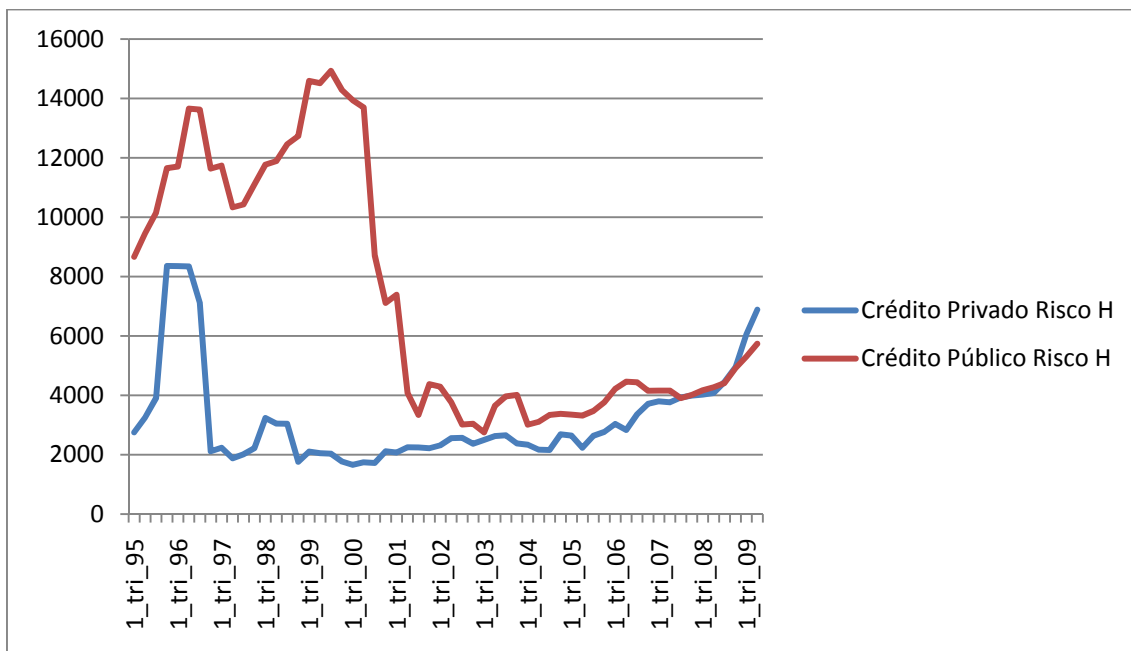
Percebe-se uma tendência de alta do crédito público e privado no ano da eleição. Essa tendência se mantém no ano seguinte à eleição. Não há um aumento do crédito de alto risco após as eleições.

Os gráficos abaixo resumem a flutuação do crédito público e privado, de alto e baixo risco ao longo de todo o período analisado.

Crédito Privado (Risco Normal) X Crédito Público (Risco Normal)



Crédito Privado (Risco H) X Crédito Público (Risco H)



Conclusões:

O estudo ainda não permite resultados conclusivos que comprovem a tese de que no período pré-eleitoral há um aumento da concessão de crédito e que parte desse crédito não é pago após as eleições, precisando ser reclassificado como crédito de maior risco.

O próximo passo da pesquisa é separar o crédito por setores, verificando se tais aumentos não podem estar concentrados em empréstimos para o próprio setor público.

Também se faz necessário isolar fatores externos como desvalorização cambial que podem estar influenciando os números, mascarando o resultado preliminar. Além disso, buscaremos comparar os dados sobre a politização da diretoria dos bancos públicos com as flutuações em períodos eleitorais, verificando se os bancos com maior percentual de cargos ocupados por indicações políticas correspondem àqueles mais influenciados pelos ciclos eleitorais.